



Exma. Senhora  
Mestre Marina Gonçalves  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário  
de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1637/2018 PROC. Nº: 22.01	08-05-2018

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 1470/XIII/3ª DE 08-03-2018

- RECOMENDAÇÕES DO PARLAMENTO EUROPEU PARA O SETOR DA APICULTURA

Relativamente à Pergunta Parlamentar n.º 1470/XIII/3.ª do CDS cumpre informar o seguinte:

1. **Tem V. Ex.ª conhecimento das recomendações do Parlamento Europeu para o setor da apicultura?**

Sim. O MAFDR teve conhecimento das recomendações em causa, tendo essa informação sido divulgada pela DGAV aos representantes do setor, no dia 5 de março de 2018.

2. **Entre as medidas já aplicadas pelo Governo no setor, existem algumas que vão de encontro ao agora proposto? Com que resultados?**

Sim. O Programa Apícola Nacional tem tido um impacto relevante no setor nacional, com destaque para as medidas de assistência técnica, através da qual se apoia a contratação de técnicos das associações, cooperativas e organizações de produtores, e a medida de luta contra a varrose, considerada como crucial na contenção desta doença no efetivo apícola nacional. Estas duas medidas, em 2017, tiveram 2,6 Meuros afetados à sua execução.

No que respeita à ameaça da Vespa Velutina enquanto espécie invasora que pode provocar danos nos efetivos apícolas, o Plano de Vigilância, *Prevenção e Controlo da Vespa velutina* foi desenvolvido pelo ICNF, DGAV e INIAV e revisto e atualizado já em 2018, pela Comissão de Acompanhamento deste plano, estabelecida pelo Despacho do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural n.º 8813/2017 de 6/10, com a alteração dada pelo Despacho n.º 11351/2017 de 27/12. Este plano identificou as responsabilidades e tarefas atribuídas às diversas entidades oficiais, apicultores e outros intervenientes, com vista à prossecução das metas e objetivos do plano e abrange as ações a desenvolver para:

- a) diminuir o impacto causado pela vespa asiática nas zonas onde já se encontra instalada;
- b) erradicar novos focos em regiões ainda não ocupadas;
- c) prevenir a disseminação da espécie a outras áreas, em particular para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Em resultado da aplicação do referido plano foram destruídos 11.000 ninhos de 2015 a 2017, e realizadas 20 ações de formação durante o mesmo período.

No que se refere a *Substâncias ativas de pesticidas (neonicotinóides)*, estão atualmente já estabelecidas restrições, de carácter temporário, ao uso de inseticidas à base de neonicotinóides (imidaclopride, tiametoxame e clotianidina) quer para tratamento de sementes quer para pulverização.

No que respeita à implementação de um plano de ação para combater a mortalidade das abelhas, estão em curso várias iniciativas com o objetivo de diminuir os riscos que são enfrentados pelo setor



e está o MAFDR sempre aberto para a implementação de iniciativas de controlo de novas ameaças que sejam identificadas e para a elaboração de um plano de ação.

O Governo tomou ainda medidas de mitigação do efeito dos incêndios florestais no setor apícola, como a distribuição de açúcar para alimentação das abelhas, através das associações, aos apicultores registados.

- 3 O Governo assegura já as medidas necessárias para aumentar a proteção e o apoio financeiro às populações locais de abelhas melíferas, incluindo zonas de conservação das abelhas endémicas legalmente protegidas?**

Sim. A proteção ao efetivo apícola é assegurada, do ponto de vista sanitário, pela implementação do Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA) executado pela DGAV e na implementação de planos sanitários pelas organizações de apicultores.

Os planos sanitários das organizações de apicultores incluem ações de divulgação aos apicultores, visitas aos apiários, distribuição de medicamentos contra a varroose e colheita de material para análises laboratoriais. Existem 19 entidades gestoras de zonas controladas reconhecidas pela DGAV que, além das medidas acima indicadas, asseguram uma estratégia sanitária numa dada zona geográfica, mediante uma vigilância contínua ao efetivo apícola e tratamentos concertados contra a varroose.

- 4 Está o Governo disposto a aplicar as medidas agora propostas pelo PE?**

Sim, como está amplamente demonstrado nas respostas anteriores.

Com os melhores cumprimentos,

P/

A Chefe do Gabinete

Regina Pinto Lopes

António Cerca Miguel  
Adjunto do Ministro da Agricultura,  
Florestas e Desenvolvimento Rural  
(nos termos do nº 2 do  
Despacho nº 2543/2017 de 27/03)